

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

1 Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos  
2 (13h30m), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina -  
3 CEDCA/SC reuniu-se em Assembleia Ordinária realizada na modalidade *on line* através da  
4 plataforma Google Meet. A Plenária também foi transmitida pelo canal do Youtube da SDS.  
5 Após o acesso dos participantes na plataforma, iniciou-se a reunião com a abertura realizada  
6 pela Coordenadora Adjunta do CEDCA sendo este o item primeiro da ordem do dia: Abertura  
7 pela Coordenação. A Coordenadora Adjunta Maristela Cizeski dá boas-vindas aos  
8 Conselheiros e Conselheiras Estaduais e demais participantes desta plenária, e faz uma fala  
9 em memória e celebração ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que comemora  
10 seus trinta anos no mês corrente, ressaltando sua importância para a garantia de direitos  
11 das crianças e adolescentes e o princípio da prioridade absoluta. Passa então a palavra a  
12 Secretaria Executiva Juliana para os informes de Justificativa de ausência como segundo  
13 ponto de pauta. A Secretária Executiva Juliana informa que justificaram ausência Quésia de  
14 Araújo Grellmann representante do Hospital Nossa Senhora das Graças, que informa  
15 também afastamento de sua suplente por motivos de saúde, reiterando sobrecarga de  
16 trabalho no hospital por conta da pandemia e da diminuição do corpo técnico do setor em  
17 que trabalha impossibilitando sua participação e acompanhamento dos e-mails e reuniões.  
18 Justificativa da Secretária Viviane Silva da Rosa por motivos de férias e do Coordenador  
19 Cléber Paes Alves por acompanhamento da filha a procedimento cirúrgico. Registra-se que  
20 participaram da Reunião os /as Conselheiros/as: Rosane Cristina Jacques (Secretaria de  
21 Estado da Agricultura e da Pesca), Cleber Paes Alves (Casa Civil), Fernanda  
22 Steffens (Secretaria de Estado da Educação), Daniel Neves Damiani (Secretaria de Estado da  
23 Fazenda), Zeno Augusto Tressoldi, Simone Rocha da Silva (Secretaria de Estado da  
24 Administração Prisional e Socioeducativa), Luciana Helena dos Santos, Verônica Bem dos  
25 Santos (Secretaria de Estado da Segurança Pública), Erasmo Marchi, Roberto Murilo  
26 Coutinho (União dos Escoteiros do Brasil), Rosely Steil, Lizandra Vaz Salvadori (Fórum  
27 Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infante-Juvenil), Cláudio Luiz Orço  
28 (Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina), Tamiris Moreira Espindola (Centro  
29 Cultural Escrava Anastácia), Graziela Cristina Luiz Damacena Gabriel, Miller Domingues  
30 Lopes (Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT)), Maristela Cizeski, Salete  
31 Luciana de Oliveira Luciano (Pastoral da Criança), Valdir Gugiel (União Catarinense de  
32 Educação (UCE)), Sandra Regina Medeiros Nazário (Fundação Educacional Joanna de Angelis).  
33 Participou também a Diretora de Direitos Humanos, Sulivan Desirée Fischer, as professoras  
34 Carla Bressan e Cléia Demetrio e a Secretária Executiva Juliana Terezinha Martins. Em  
35 seguida, foi apresentado o terceiro ponto de pauta: Aprovação da Ata da Plenária Anterior.  
36 A Secretária Executiva Juliana informa que recebeu, no dia vinte e dois (22) de Julho, na  
37 secretaria do conselho contribuições (relação com onze itens) encaminhadas pelos  
38 representantes da Sociedade Civil: Erasmo Marchi, Graziela Cristina Luiz Damacena Gabriel,  
39 Lizandra Vaz Salvadori, Maristela Cizeski, Sandra Regina Medeiros Nazário, Tamiris Moreira  
40 Espindola e Valdir Gugiel. A Secretária Juliana faz então a leitura dos itens inclusos e  
41 daqueles que não puderam ser incluídos com suas devidas justificativas. Conselheira Sandra  
42 Regina Medeiros Nazário pede a palavra, pedindo que constasse na ata o fato de um  
43 conselheiro cortar a fala de outro, mesmo que por questão de ordem, por ter se sentido  
44 bastante chateada com episódio em plenária anterior. A Coordenadora Adjunta Maristela

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

45 coloca a Ata da Plenária de vinte e nove (29) de junho, com inclusão dos itens lidos pela  
46 Juliana e o pedido da Conselheira Sandra em votação. Sem manifestações contrárias, a ata  
47 foi aprovada por unanimidade. Como quarto Item – deliberação da XIª Conferência Estadual  
48 dos Direitos da Criança e dos Adolescentes de SC, a Coordenadora Adjunta Maristela faz um  
49 convite ao conselheiro Miller Domingues Lopes para fazer a fala sobre a Conferência  
50 Estadual de Santa Catarina. Miller relata que desde a criação da comissão nessa nova gestão,  
51 os membros da comissão não haviam se reunido por um período e retornou recentemente a  
52 partir do comunicado do CONANDA solicitando que Estados se posicionassem a respeito da  
53 Conferência Estadual. Deste então, de acordo com Miller, a comissão vem se reunindo, e  
54 ressalta que contexto de pandemia vem sendo um desafio para sediar esse evento, não  
55 somente para Santa Catarina, como para todo o Brasil, inclusive para o CONANDA que está  
56 tendo suas dificuldades. Porém, o conselheiro destaca que eles vêm avançando bastante  
57 quanto comissão, já começaram a desenhar uma forma de realizar o evento através de  
58 plataforma web, e para isso estão tendo algumas reuniões com a equipe do Centro de  
59 Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC e também com Anderson da  
60 Gerência de Tecnologia da Informação - GETIN, que está prestando algumas orientações  
61 sobre a forma de estar realizando esse tipo de evento. Outro desafio conforme Miller, foi  
62 fazer um levantamento dos registros referente aos eventos que ocorreram nos municípios:  
63 os delegados indicados, seus relatórios e faz uma menção a e-mail que estava sob os  
64 cuidados da comissão anterior, que está criando algumas dificuldades em relação ao acesso  
65 e compilados dos e-mails recebidos e dos que deverão ser encaminhados. Diante desse  
66 cenário, Miller cita a necessidade de contratação de uma assessoria para que possa ocorrer  
67 efetivamente esse evento. Miller informa também que segundo o CONANDA o evento  
68 nacional será em novembro e, portanto, o nosso teria que acontecer em outubro, ou seja, há  
69 prazo para esse evento acontecer e também posteriormente prazo para a emissão de  
70 relatório. Miller relata que se pensou em não realizar o evento, no entanto, se levou em  
71 consideração todo o empenho dos municípios que já escolheram seus delegados e daqueles  
72 que inclusive já enviaram seus relatórios. Outra questão importante é o fato de estarmos  
73 ainda sem relatoria definida. Miller também esclarece sobre o uso de recursos do FIA para o  
74 evento, onde já foi prevista consulta legal e teve parecer favorável. Miller descreve também  
75 que a possibilidade de evento será através das plataformas web e transmissão no YouTube,  
76 pensando em atender a todos os espaços existentes em uma conferência, de forma mais  
77 próxima possível do que se tem em um evento presencial. O Conselheiro Miller então passa  
78 a palavra para o conselheiro Daniel fazer suas colocações a respeito dos cenários da possível  
79 conferência. Daniel fala de cenário de incerteza devido ao contexto de pandemia sobre a  
80 realização do evento nacional e sobre a informação recente de que irá acontecer em  
81 dezembro e de forma virtual, com prazo de realização e das conferências estaduais até meio  
82 de outubro e envio dos relatórios até vinte (20) de outubro. O conselheiro Daniel fala em  
83 admitir perdas e qualidade nas discussões na realização dessa conferência on-line. Ele fala  
84 também da necessidade de resgate dos relatórios enviados pelos municípios e fala da  
85 necessidade de ajuda por parte do CEDCA para fazer isso. Daniel cita como ponto principal e  
86 mais importante a contratação da relatoria, pois de forma virtual a relatoria ganha outro  
87 nível de importância por além de tudo organizar a discussão, e fazer a síntese de todos os  
88 relatórios municipais. Neste ponto ele é incisivo que é necessário ficar decidido nesta

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

89 plenária a contratação desta relatoria, se irá ou não utilizar recurso do FIA, pois sabe-se  
90 diante do contexto que não é garantia que a secretaria tenha recursos para isso. Maristela  
91 então abre para os inscritos, dando a palavra primeiramente a Sullivan – Diretoria dos  
92 Direitos Humanos. Sullivan em sua fala sobre a conferência, ela diz que a secretária Maria  
93 Elisa antes mesmo da pandemia tem reafirmado o apoio caso o encaminhamento for de  
94 realiza-la. Sullivan então coloca a SDS a disposição para viabilizar a infraestrutura tecnológica  
95 e reconhece os desafios pontuados nas falas dos conselheiros em realizar essa conferência  
96 de forma virtual, mas vê possibilidades de realiza-la dialogando com universidades como a  
97 UDESC que fazem uso da plataforma moodle por exemplo. Maristela então fala da  
98 importância da SDS para a realização da conferência, mas não somente com apoio moral,  
99 mas também com apoio de pessoas, estrutura e outras coisas que possam ajudar na  
100 viabilização da conferência. Maristela passa então a palavra para o também inscrito  
101 Conselheiro Valdir, que faz referência ao cenário de pandemia, e o empobrecimento do  
102 direito a participação da criança e do adolescente, fortalecendo a fala da Maristela em  
103 relação ao apoio da SDS. Valdir fala da preocupação com as comunidades mais  
104 empobrecidas, onde se vê grande dificuldade de acesso ao ensino on-line, facilitando para os  
105 que têm mais condições e quem realmente precisa participar do debate seja prejudicado  
106 mais uma vez. Sobre o uso do recurso do FIA, Valdir diz que não o soa muito bem, pois parte  
107 deve ser feita parceria com as demais secretarias e acredita que o recurso usado para a  
108 realização da conferência on-line será menor do que se fosse uma conferência presencial,  
109 onde há despesas de deslocamento, alimentação e outras. Maristela reforça os itens trazidos  
110 pelo irmão Valdir como cuidados a se ter no momento das deliberações sobre a conferência  
111 e passa a palavra para Secretária Juliana. Juliana trás as dificuldades para além do cenário  
112 pandêmico, mas também o fato de a gestão ter recém iniciado seus trabalhos (dezenove (19)  
113 de fevereiro), e de estar pegando todas as demandas de um período que o Conselho  
114 Estadual ficou inativo e de uma conferência que deveria ter ocorrido em outubro de dois mil  
115 e dezenove (2019). E traz mais uma vez a dificuldade de resgate de todas as informações que  
116 foram enviadas ainda em dois mil e dezoito (2018) pelos municípios. Juliana ressalta a  
117 questão da legitimidade dos delegados que foram escolhidos na época (pela idade ou por  
118 fazerem ou não parte ainda desse segmento) e afirma que são para essas questões ocorridas  
119 antes da contratação da relatoria que vê necessário apoio da secretaria. Juliana deixa  
120 registrado sua colocação em reunião de coordenação de estar em posse dessas  
121 informações e ao mesmo tempo sem condições de fazer esse levantamento rápido para dar  
122 suporte a comissão e relata encaminhamento onde o coordenador Cléber conversaria com a  
123 secretaria Maria Elisa para pedir esse apoio administrativo para auxiliar a comissão e quem  
124 em breve ele estaria fazendo esse contato. Maristela passa novamente a palavra para o  
125 inscrito conselheiro Daniel. Daniel esclarece que a comissão está pensando em fazer uma  
126 conferência virtual e reforça que iremos ter perdas por conta do sinal de internet em muitas  
127 localidades de Santa Catarina e sinaliza que este sistema deverá também ser eletivo, uma  
128 vez que haverá necessidade de escolha dos delegados que irão representar Santa Catarina e  
129 os temas principais que serão levados a Conferência Nacional. Daniel diz estar ciente das  
130 perdas, assim como toda a comissão, mas não vê outra forma de realização uma vez que o  
131 CONANDA optou pela realização do evento. O conselheiro diz então que a primeira coisa  
132 que precisamos deste modo é dos delegados e dos relatórios encaminhados pelos

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

133 municípios em dois mil e dezoito (2018), que está em posse do CEDCA de forma  
134 desorganizada, o que exige ajuda, onde entraria a secretaria com o comprometimento de  
135 alocar pessoas específicas para fazer isso. Daniel reforça que há duas coisas para se tirar da  
136 plenária: ajuda para organização dos delegados e relatórios municipais e a contratação da  
137 relatoria com ou não recurso do FIA. Maristela passa a palavra para Miller, que diz ser  
138 primordial a definição do uso do FIA para a contratação da relatoria e propõe como  
139 encaminhamento trazer um planejamento pronto para que seja aprovado esse custo. Juliana  
140 então diz que agora a deliberação seria para resolver o uso ou não do recurso do FIA para a  
141 contratação de relatoria e que será chamada uma extraordinária para se deliberar a respeito  
142 dos valores. A conselheira Sandra pede a palavra, lembrando conversa em reunião da  
143 comissão sobre valores antes já pagos e a importância de dar essa noção aos demais  
144 conselheiros. Neste momento Juliana faz sua contribuição informando que foi feita a busca  
145 por editais que já foram feitos em outros conselhos para a contratação de relatoria e que a  
146 comissão tem a referência de dois orçamentos que ficavam um valor aproximado de oitenta  
147 mil reais (80.000,00R\$), mas ressalta que são valores desatualizados e que foram para uma  
148 conferência em outro contexto. O conselheiro Valdir pede a palavra para fazer uma  
149 colocação em relação a garantia de acesso posterior a pandemia aqueles que não  
150 conseguem participar da conferência nos moldes on-line. Miller em resposta diz que os  
151 moldes tecnológicos nos trouxeram perdas, mas também ganhos, oportunizando a chegada  
152 da informação de forma simultânea a diversas localidades. A conselheira Roseli pede a  
153 palavra e faz um relato como membro da comissão da conferência na gestão anterior,  
154 quando se tinha a informação que havia disponível um milhão e meio (1.500.000,00R\$) para  
155 a realização de todas as conferências e questiona quanto foi reservado no PPA do ano passado  
156 para a realização da conferência, se foi feita essa projeção. A secretaria Juliana disse não ter  
157 tal informação e afirmou ter somente parecer da COJUR sobre a utilização do recurso para a  
158 realização da conferência, informação já passada para a comissão atual. Diante disso, a  
159 secretária Juliana ficou de buscar a informação e passar aos conselheiros via E-mail.  
160 Maristela coloca então a decisão em mesa para realização da conferência on-line, contando  
161 com o apoio logístico da SDS e a utilização do recurso do FIA para esse fim. Aprovada, sem  
162 manifestações. É solicitado a conselheira Tamiris que fizesse a leitura de possíveis  
163 questionamentos no Chat do Youtube, que traz colocações por parte da representante da  
164 FECAM, que afirma que antes mesmo da pandemia não havia um retorno para os municípios  
165 sobre a conferência estadual e questiona sobre a possibilidade de a conferência por motivos  
166 de pandemia acontecer em dois mil e vinte um (2021). Em resposta a secretária Juliana traz  
167 o período de inatividade de conselho, quando não se conseguiu responder as demandas dos  
168 municípios e que agora por ser uma gestão diferente se faz necessário esse compilado e  
169 validação das informações. Juliana também reforça a decisão da plenária de que a comissão  
170 dê continuidade aos trabalhos para a realização da conferência e ficando responsável por  
171 encaminhar o termo de referência com utilização do recurso do FIA. Ainda respondendo ao  
172 questionamento de Janice da FECAM, Maristela responde sobre a possibilidade da  
173 conferência em dois mil e vinte um (2021), afirmando seguir um calendário de acordo com a  
174 conferência nacional. Passado então para a apresentação do quinto item de pauta: Crianças  
175 e Adolescentes Catarinenses: casos confirmados e óbitos pelo COVID-9. A Coordenadora  
176 Adjunta passa a palavra para a conselheira Fernanda Zimmermann, substituição a

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

177 conselheira Viviane que está de férias, trazendo o detalhamento dos casos confirmados e  
178 óbitos pelo COVID-19, no que tange a criança e adolescente. Segundo a conselheira, sempre  
179 houve uma preocupação com a falsa ideia vendida de que as crianças e adolescentes eram  
180 somente transmissores. A difusão dessa informação por parte da imprensa, de forma  
181 irresponsável, foi a grande responsável pelo rápido avanço dos números relacionados as  
182 crianças e adolescentes. Essa falsa leitura fez com que famílias e gestores governamentais  
183 deixassem de atender a legislação, onde a crianças e adolescentes devem ser prioridade  
184 absoluta, deixaram de realizar campanhas com linguagem acessível, deixaram de prever o  
185 aumento de recursos para a saúde infantil, não há preocupação com o aumento de leitos e  
186 UTIs infantis em nenhum município, deixaram de fazer pesquisa específica para a faixa etária,  
187 ao contrário, foram tratados como os vilões que passariam a doença aos idosos. Diante disso,  
188 vê-se necessário que a preocupação chegue os governantes e comitês responsáveis. Sendo  
189 assim, a conselheira Viviane propõe encaminhar um ofício a secretaria da saúde solicitando  
190 mais informação dos casos positivados e óbitos, assim como a capacidade de leitos de UTI  
191 pediátricas, divididos por município ou regiões, cobrando ações mais efetivas para esse  
192 público, dentre essas a manutenção do trabalho remoto para um membro da família com  
193 filhos menores de doze (12) anos. Após retorno da secretaria da saúde, que envie as  
194 conselhos municipais ofício apresentando a consolidação de dados, solicitando  
195 acompanhamento de cada conselho municipal para as ações locais. Juliana pediu a palavra,  
196 trazendo esclarecimentos em relação aos encaminhamentos solicitados pela conselheira  
197 Viviane. De acordo com ela, a proposta é o envio de um documento para o gabinete do  
198 governador com três encaminhamentos: para a saúde, para a secretaria executiva de  
199 comunicação pensando em campanhas para as crianças e para os conselhos e instituições de  
200 garantia de direitos. Fernanda pede a palavra novamente pedindo que seja pontuado a  
201 questão dos leitos de UTI pediátrico, visto sua importância e a questão do retorno das aulas,  
202 como isso está sendo pensando, uma vez que já tem estudo comprovado do aumento de  
203 caso entre crianças e adolescentes caso isso ocorra. O conselheiro Miller pede a palavra e  
204 sinaliza para uma próxima discussão a problemática do aumento de acidentes domésticos  
205 envolvendo crianças devido ao isolamento social e a necessidade de parcerias para se pensar  
206 a sua prevenção. Maristela abre então para deliberação o encaminhamento do ofício ao  
207 gabinete do governador e as secretarias responsáveis. Aprovado encaminhamento, sem  
208 manifestações contrárias. A Coordenadora Adjunta passa então para o item seis (6): A Causa  
209 dos Imigrantes – item incluído após edital de convocação. Maristela inicia a transição de  
210 pauta falando que se tratava de um pedido de inclusão de pauta do conselheiro Wisly sobre  
211 a causa dos imigrantes e refugiados em Santa Catarina. Devido ausência do conselheiro, a  
212 pauta ficou pendente. Dando sequência, Maristela faz um pedido de inversão de pauta,  
213 aceita pelos demais conselheiros, adiantando assim o item oito (8): Momento das Comissões  
214 (CPP, CoN, COF e CAS). A Coordenadora Adjunta faz um convite a conselheira Graziela  
215 representando a CPP para manifestações sobre a deliberação do Plano de Trabalho para  
216 finalização do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2019-2020).  
217 A Conselheira Graziela pede inicialmente que seja colocado em votação o plano de ação da  
218 comissão, que ficou pendente na última reunião plenária. O plano de trabalho prevê as  
219 atividades da comissão, com término no próximo ano, com o fim dessa gestão, que será em  
220 abril (04) de dois mil e vinte um (2021). Além da aprovação do plano, Graziela traz a

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

221 necessidade de uma consultoria para auxílio nas indicações que vieram da consulta pública.  
222 Graziela afirma que todos os conselheiros receberam de forma prévia, no dia treze (13) de  
223 Julho (07) o plano por e-mail e ressalta a importância de aprovação do mesmo para que se  
224 inicie as licitações no que se refere a consultoria. A Secretária Juliana acrescenta, falando  
225 que o plano decenal é mais uma pendência que o conselho tinha devido período de  
226 inatividade, e que assim que a nova gestão assumiu voltaram-se os trabalhos para ele com  
227 prazo de até vinte de junho (20/06) para mandar o plano decenal na versão final. No entanto,  
228 a comissão entendeu que o plano que foi para consulta pública estava incompleto, sendo  
229 necessária sua continuidade para se ter realmente uma proposta de plano decenal para  
230 apresentar para a sociedade. Deste modo, a secretária executiva acrescenta sabe-se  
231 necessário uma nova consulta pública em março de dois mil e vinte e um (03/2021), sendo  
232 cancelada a consulta pública feita anteriormente. Maristela então põe para apreciação dos  
233 conselheiros, sendo aprovada, sem manifestações. A Coordenadora Adjunta convida então a  
234 Conselheira Sandra, representando a Comissão de Normas – CoN para suas manifestações. A  
235 conselheira Sandra relata que a comissão de normas esteve um pouco parada, dando  
236 prioridade as demandas da conferência, uma vez que grande parte de seus membros estão  
237 em ambas comissões. Sandra relata que foi encaminhado alguns questionamentos para a  
238 COJUR sobre a Lei do CEDCA e que já tiveram retorno no final de junho, mas não  
239 conseguiram voltar a atenção para isso devido envolvimento com os trabalhos na comissão  
240 da conferência. No entanto, Sandra deixa claro que os trabalhos de atualização da Lei do  
241 CEDCA estão bem encaminhados, assim como o Regimento Interno do CEDCA, que está  
242 quase sendo finalizado. Sandra traz também que a Comissão de Normas está com três (03)  
243 de seus membros também na comissão da conferência, o que acaba gerando uma  
244 sobrecarga de trabalho e necessidade de ajuda dos demais conselheiros e suplentes. A  
245 Coordenadora Adjunta Maristela informa que o Coordenador Cléber está presente na  
246 reunião e passa a palavra para o mesmo, que faz uma fala de agradecimento pela presença e  
247 participação de todos os membros do conselho, coordenação e secretária executiva. O  
248 conselheiro executivo Miller pede a palavra, inteirando a fala da conselheira Sandra a  
249 respeito da participação tanto dos titulares quanto dos suplentes nas comissões. Com a  
250 palavra, a Coordenadora Maristela solicita que o conselheiro Daniel representante da  
251 Comissão de Orçamentos e finanças – COF faça suas manifestações. O conselheiro Daniel  
252 inicia sua fala relatando que foi dada a esta comissão a tarefa de fazer a projeção de  
253 arrecadação do FIA para o próximo exercício, trabalho este que está dentro da construção e  
254 revisão do PPA para ano que vem. Para tanto, o conselheiro relata que a Secretaria da  
255 Fazenda disponibilizou um manual, a comissão se reuniu e preparou o material, tendo como  
256 principal desafio imaginar o quanto de arrecadação vai ter o FIA no exercício seguinte,  
257 baseando em sua série histórica e em uma projeção de novas leis e normas que pudessem  
258 impactar essa arrecadação (comportamento endógeno e exógeno, conforme manual). Da  
259 parte exógena, em consulta a comissão de Normas estava certo, mas a parte endógena  
260 encontrou-se alguns desafios, uma vez que a arrecadação do FIA em alguns anos sobe muito  
261 e em outros despenca. Com isso, fez-se uma média ponderada das arrecadações dos cinco (5)  
262 anos anteriores, dando mais peso para os períodos mais recentes, chegando a um valor de  
263 um milhão e pouco. O conselheiro, no entanto, ressalta a dificuldade de se chegar a um valor  
264 para o exercício do ano que vem, devido a inúmeros fatores, incluindo os impactos para a

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

265 economia do momento de pandemia vivido hoje, e, portanto, disse que a comissão optou  
266 por estimar uma receita menor, por ser mais fácil de ajustar o orçamento para cima. Sem  
267 deliberações, a Coordenadoria Adjunta chama o conselheiro Zeno, representante da  
268 Comissão de Atendimento Socioeducativo – CAS, para fazer sua fala sobre o SINASE e as  
269 discussões no que tange o termo de fomento. Zeno inicia falando do chamamento público,  
270 em posse do CEDCA desde dois mil e dezoito (2018) e que foi encaminhado para secretaria  
271 no início deste ano para verificar a possibilidade de execução do processo pela secretaria. A  
272 secretaria se manifestou, informando que como estava que não seria exequível e a comissão  
273 em cima disso apresentou uma nova proposta. Nesta nova proposta a comissão definiu por  
274 dividir o processo em dois (02), sendo quinhentos mil (500.000,00R\$) para o meio aberto e  
275 quinhentos mil (500.000,00R\$) para o meio fechado. No entanto, por falta de representante  
276 do meio aberto, fez o chamamento público somente para o meio fechado, chamamento este  
277 que já tem a aprovação de dois mil e dezoito (2018) e de dois mil e dezenove (2019), mas  
278 que agora passa a ser 10 processos de cinquenta mil cada (50.000,00R\$). Este chamamento  
279 traz para o socioeducativo, que é uma oportunidade diferente do que o estado oferece no  
280 dia a dia, seria um reforço ao que o estado já tem. O conselheiro Zeno ressalta que o projeto  
281 teve sua aprovação na comissão do socioeducativo. É passada a palavra para conselheira  
282 Roseli, que faz o pedido de uma plenária após dez (10) dias para a aprovação do  
283 chamamento, uma vez que se sabe necessário fazer algumas retificações e em respeito aos  
284 trâmites da lei. Maristela passa então a palavra para a secretária Juliana previamente inscrita.  
285 Juliana coloca que esse material apresentado pelo conselheiro Zeno ainda não chegou aos  
286 demais conselheiros, uma vez que não se teve tempo hábil de envio para discussão da  
287 matéria, que é cinco (05) dias de antecedência. A Coordenadora Adjunta Maristela passa a  
288 palavra para o conselheiro Valdir, também previamente inscrito, que fala na impossibilidade  
289 de se fazer as devidas contribuições ao material apresentado pela comissão, por não se ter  
290 conhecimento do documento. A pedido da comissão do socioeducativo, abre-se para a  
291 deliberação de uma plenária extraordinária para a aprovação deste edital. Aprovada, sem  
292 manifestações. O conselheiro Valdir levanta a questão do investimento do estado para esse  
293 chamamento, e o conselheiro Zeno esclarece que os valores de investimento serão do FIA,  
294 sem investimento do estado. Valdir esclarece que quando se utiliza valores do FIA é  
295 necessária uma contrapartida do estado, e é sobre esses valores que ele questiona, mas  
296 ressalta em sua fala a necessidade de leitura do documento para uma maior compreensão  
297 sobre. O conselheiro Zeno pede a palavra novamente para falar sobre os pedidos de  
298 inscrição das unidades socioeducativas do estado no CEDCA, sendo necessário a comissão  
299 fazer a avaliação deste documento. O problema, segundo Zeno, é que para a inscrição é  
300 necessário se fazer uma visita presencial e com o momento de pandemia essa visita fica  
301 inviável. A comissão então fez uma deliberação para liberação de um documento de  
302 inscrição prévio para aqueles que estiverem com os documentos em ordem, um documento  
303 de inscrição com validade de seis (06) meses. Para a liberação de inscrição prévia se faria  
304 uma entrevista/visita virtual para as instituições, sendo necessário após os seis (06) meses  
305 uma visita presencial para a inscrição definitiva. Para tanto, a comissão diz precisar do apoio  
306 de mais membros por se tratar de vinte e cinco (25) unidades e cada processo ser muitos  
307 documentos a serem analisados. A secretária Juliana traz como informe que o CEDCA  
308 recebeu os oito (08) primeiros pedidos de inscrição da SAP, e que já foram encaminhados

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

309 para a comissão do socioeducativo e diz que há uma previsão na resolução de dois mil e  
310 dezoito (2018) que a comissão de normas participa também desse levantamento e se vê  
311 necessário que isso venha de forma formal aos demais conselheiros para maior  
312 entendimento. Finalizado o assunto, coloca-se em pauta o item sete (7) – Deliberação Nota  
313 de Repúdio – item incluído após edital de convocação. A Coordenadora Adjunta passa a  
314 palavra ao conselheiro Miller para fazer suas manifestações. Miller relata que no dia  
315 dezesseis do sete (16/07) a conselheira Lizandra observou uma reportagem noticiada pelo  
316 repórter Luiz Carlos Prates no jornal Notícias do Dia intitulada “*Vara a educadora*”, onde ele  
317 enobrece a correção através da violência, chamando o menino de aprendiz de safado,  
318 valorizando a surra como um aprendizado. Representada por Miller, a conselheira traz sua  
319 indignação a plenária e reforça o que traz o Estatuto da Criança e Adolescente em seu art. 5º,  
320 o código penal em seu art. 136 e o Estatuto novamente no seu art. 232. Ou seja, essa  
321 reportagem é uma violência noticiada com impacto fortíssimo, disseminando algo  
322 totalmente incoerente com as práticas pedagógicas. O conselheiro Erasmo pede a palavra,  
323 reforçando o teor apelativo da notícia, quando o repórter usa da religiosidade como forma  
324 de educação. A conselheira Sandra faz a o acompanhamento do Chat e reforça também sua  
325 indignação por se tratar de algo vindo de um formador de opinião, o que para ela é um  
326 agravante. O conselheiro Miller pede o uso da palavra novamente, e reforça a utilização de  
327 passagens bíblicas na reportagem noticiada, e o quão mal interpretado é por algumas  
328 pessoas praticantes de violência indevida inclusive com seus próprios filhos. A conselheira  
329 Verônica pede a palavra, falando sobre a intencionalidade deste jornalista e a importância  
330 do CEDCA se direcionar ao jornal onde ele fez tal publicação e também ressalta a  
331 possibilidade de fazer uma denúncia para o conselho de psicologia, caso alguém tenha  
332 conhecimento de alguma publicação em que ele tenha afirmado ser psicólogo, uma vez que  
333 em suas falas, o mesmo diz ter estudado psicologia. O conselheiro Daniel traz também sua  
334 preocupação com a leitura interpretativa e literária feita de textos escritos a décadas,  
335 conforme percebeu-se leitura feita pelo então jornalista em questão. Maristela passa então  
336 a palavra para o coordenado do conselho, Cléber, para suas manifestações a respeito. Cléber  
337 fala do cuidado que se deve ter na emissão dessa nota, uma vez que o jornalista tem os  
338 meios de comunicação do seu lado, que esta deve ser direcionada a emissora (ND notícias) e  
339 a importância de se acompanhar os formadores de opinião para que isso não mais ocorra.  
340 Maristela ressalta que quando se trata de uma violação de direitos não se é mais um direito  
341 de saber e sim uma imposição. Maristela questiona se a nota será encaminhada ao jornalista  
342 ou ao jornal responsável pela matéria. A secretaria executiva esclarece que a nota está  
343 sendo direcionada a ambas as partes e que já está escrita e foi encaminhada para leitura  
344 prévia dos conselheiros. O conselheiro Erasmo pediu a palavra e sugeriu que deveríamos  
345 inicialmente mandar a nota de repúdio para ambas as partes e posteriormente conforme for  
346 solicitar o direito de resposta. Em discordância a conselheira Verônica insiste que o jornal  
347 publique uma fala técnica em resposta a matéria divulgada, e isso poderá acontecer com a  
348 publicação pelo jornal da própria nota de repúdio. Coloca-se para deliberação o  
349 encaminhamento deste ofício contendo a nota e em parágrafo separado a solicitação do  
350 direito de resposta através de uma publicação escrita pelo CEDCA. O coordenador Cleber  
351 pede a palavra e faz uma consideração de que deveríamos enviar a nota somente para o  
352 jornal, uma vez que o jornalista em questão responde para ele. A Juliana reitera que na nota

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

353 já escrita é solicitado ao jornal uma publicação com uma proposta construtiva sobre o ECA. A  
354 Coordenadora Adjunta Maristela faz então uma sistematização sobre o encaminhamento de  
355 enviar a nota de repúdio já escrita e enviada aos conselhos previamente e fazer a publicação  
356 e compartilhamento também no site da SDS e demais espaços de discussão pessoal (mídias  
357 digitais). Todos de acordo, a deliberação é aprovada. Dando sequência coloca-se em pauta o  
358 item nove (9): Informes. A secretária Juliana pede a palavra somente para trazer informação  
359 conseguida por contato com Esmael, sobre orçamento para a realização das conferências,  
360 segundo ele, o valor é de quatrocentos mil reais (400.000,00R\$) para todas as conferências.  
361 Dando continuidade à pauta dos Informes, Maristela convida as professoras Carla e Cléa  
362 para suas manifestações. A professora Carla traz em sua fala a questão da formação dos  
363 conselheiros (as), e relata brevemente o histórico dessa proposta que teve seu início em  
364 fevereiro com a posse dos novos conselheiros. Ela traz também que no mês de março  
365 conversou com a conselheira Viviane sobre, mas com o início da pandemia e com a  
366 necessidade de reorganização, foi proposto a mesa coordenadora dar início a uma  
367 modalidade de curso de formação inicial pela escola de conselhos a ser desenvolvida a  
368 distância. A proposta foi aprovada em plenária e a partir disso foi formatado o projeto de  
369 formação inicial que se iniciou no mês de maio via Moodle da Universidade Federal sob a  
370 coordenação de ambas professoras. O planejamento inicial previa o mês de maio e junho  
371 para o módulo introdutório e assim se fez. Na plenária do mês de maio foi proposto a  
372 inclusão de um bloco que tratasse as questões da pandemia e em junho iniciou-se também  
373 esse módulo com questões voltadas para essa temática. A professora Carla traz também as  
374 dificuldades de se fechar esse primeiro bloco, entende-se devido outras demandas do  
375 conselho, e coloca em sua fala, a necessidade de se colocar um novo prazo para fechamento  
376 desse bloco introdutório e traz a proposta de finaliza-lo até metade de agosto e até fim de  
377 agosto fazer uma avaliação deste bloco e posteriormente dar uma maior ênfase sobre o  
378 módulo da pandemia, proporcionando formas de debates, encaminhamentos e  
379 aprofundamentos de algumas questões. Por fim, a professora coloca a necessidade de se  
380 definir se será ou não dada continuidade a proposta. Maristela passa então a palavra para a  
381 professora Cléa, que traz como informes a Escola de Conselhos. Dentre os assuntos para  
382 discussão, ela traz o projeto de formação continuada para os conselheiros tutelares e  
383 conselheiros de direitos de Santa Catarina e faz um breve resgate sobre a instituição do  
384 núcleo gestor da escola de conselhos em dois mil e quinze (2015), pela resolução 9 do  
385 CEDCA, publicada no diário em março de dois mil e dezesseis (2016). Esse núcleo segundo  
386 ela é composto por coordenador do CEDCA, representante do Fórum DCA, representante da  
387 ACCT, representantes das instituições universitárias (UDESC, UFSC e Fronteira Sul) e  
388 representante da SDS. A proposta seria então a retomada de um projeto de formação inicial  
389 e continuada para conselheiros de direito e tutelares do estado de Santa Catarina, que se  
390 iniciou em 2016, mas que ainda não foi consolidado. Cléa levanta também a necessidade de  
391 uma retomada da representação da universidade da fronteira sul, hoje sem representação,  
392 mediação que deve ser feita pelo coordenador do CEDCA. A professora traz a proposta dessa  
393 retomada do projeto pensando em sua adequação para formato on-line devido a pandemia  
394 e em paralelo a necessidade de uma equipe para seu monitoramento e avaliação que  
395 segundo ela seria formada pelo CEDCA, representação da SDS e da instituição executora e  
396 traz as possibilidades e desafios para tanto. Aberto para inscrições, a Diretora de Direitos

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

397 Humanos, Sullivan, pede a palavra e em sua fala coloca a SDS e sua diretoria a disposição  
398 para contribuir com o projeto proposto se assim for o encaminhamento. A Secretaria  
399 executiva Juliana pede a palavra e ressalta que nesta nova gestão a formação foi sempre  
400 prioridade, inclusive a CPP recebeu como segunda prioridade retomar a questão da escola  
401 de conselhos e acredita que essa gestão quer a continuidade deste projeto. Com relação a  
402 formação que vinha sendo feita na plataforma moodle, a secretária diz que foi por conta de  
403 avaliação feita em reunião de coordenação, onde se viu a dificuldade de realizar as  
404 atividades por conta das outras demandas do conselho, que se viu a necessidade desta  
405 pauta e também de sua retomada. A professora Carla pede novamente a palavra propondo  
406 dois encaminhamentos, seu comprometimento em fazer o cronograma da formação para  
407 discussão e reconstrução do calendário e uma reunião entre o núcleo gestor e a comissão de  
408 políticas públicas. Definiu-se, sem manifestações contrárias, que esses encaminhamentos  
409 sejam ponto de pauta na próxima plenária ordinária. Dando sequência, a Coordenadora  
410 Adjunta passa a palavra para a secretária Juliana dar continuidade aos informes. A secretária  
411 Juliana antes de dar continuidade, levanta a possibilidade e importância de realizar a reunião  
412 entre núcleo gestor e CPP conforme solicitação da professora Carla. Dando continuidade aos  
413 informes, ela traz o retorno do grupo externo a respeito da Justiça restaurativa. A secretária  
414 relata que após a plenária do dia quatorze de maio (14/05) o CEDCA formalizou com todos  
415 os grupos que tem representação externa nomes e contatos dos conselheiros  
416 representantes, contudo o encaminhamento dado para a coordenaria da infância e  
417 juventude que trata da questão da justiça restaurativa, onde a conselheira Roseli era  
418 representante, teve um outro encaminhamento, visto que tomou-se conhecimento de  
419 termo que dava contornos mais abrangentes para a discussão, envolvendo outros públicos  
420 para além da criança e do adolescente, assim a coordenaria entendeu e respondeu que  
421 por ora iríamos participar do grupo sempre que fosse solicitado, mas não teríamos uma  
422 representação externa permanente. Outra demanda solicitada trazida pela Juliana é com  
423 relação a denúncia de fechamento da emergência pediátrica do Hospital regional de São  
424 José e relata que no dia vinte e seis (26) foi encaminhado um ofício para a Secretaria de  
425 Saúde fazendo vários questionamentos, dentre eles se era verídica a informação, baseado  
426 em quais diagnósticos foi tomada essa decisão, dentre outros apontamentos. O prazo dado  
427 para secretaria dar a resposta foi de dez (10) dias, eles não responderam no prazo, mas em  
428 acompanhamento ao processo vê-se que estão elaborando a resposta. A demanda também  
429 foi encaminhada para o Ministério Público pedindo ajuda no acompanhamento da situação e  
430 teve como resposta do Dr. Marcelo que também fez o encaminhamento para a 10ª  
431 promotoria de Florianópolis e a 4ª promotoria de São José. A secretária Juliana continua com  
432 os informes, falando sobre o envio de vários documentos, dentre eles o ofício nº90 para a  
433 SAP, pedindo informações sobre a situação de saúde dos adolescentes com relação ao  
434 COVID-19, inclusive sobre a rotina pedagógicas dos mesmos. Neste momento o conselheiro  
435 Zeno pede a palavra, questionando sobre a origem desse ofício e a Juliana esclarece que foi  
436 encaminhamento de reunião de coordenaria. O conselheiro Valdir pede a fala fazendo  
437 uma provocação em relação a evasão escolar por diversos fatores e como podemos  
438 encaminhar isso através do APOIA, do MP e demais sistemas de garantia de direitos da  
439 criança e do adolescente. A Conselheira Fernanda também pede a fala, relatando que o  
440 APOIA neste momento não está sendo utilizado por decisão em conjunto da secretaria da

**ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEDCA  
23 de julho de 2020**

441 educação e do MP, e que foi criado um formulário de busca ativa que funcionada dentro de  
442 um sistema da SED e as escolas são responsáveis por essa busca aos alunos e caso haja  
443 dificuldade entra em contato com a coordenadoria e após verificado os motivos de  
444 abandono ou ausência é que se faz os encaminhamentos para o Conselho Tutelar, para que  
445 a rede aja de maneira conjunta. Maristela devolve a palavra para Juliana que dá  
446 continuidade aos informes. Juliana coloca que foi encaminhado no dia vinte de Julho (20/07)  
447 o documento nº 91 a SDS, manifestando o descontentamento por parte do conselho de sua  
448 não inclusão no evento sobre os trinta (30) anos do ECA promovido pela SDS. Juliana traz  
449 também a solicitação de desligamento da SDS na comissão de Normas e faz o convite para  
450 algum governamental que queira ocupar essa vacância. Sulivan pede a palavra para informar  
451 que esse foi um pedido da Letícia, e pede que deixe isso em aberto pois a SDS já está com  
452 definição da nova gerente que deve assumir nos próximos dias. Com relação a  
453 representação governamental no CEDCA que está com uma vacância devida extinção da  
454 Secretaria de Estado, Turismo e Cultura, Juliana relata que foi feito contato com a COJUR da  
455 SDS que encaminhou para a PGE que indicou em seu parecer que quem fará a indicação da  
456 representação é o gabinete do Governador. Juliana menciona que para a representação  
457 governamental ficar completa faz-se necessária ainda a indicação de representantes por  
458 parte da Secretaria Executiva de Comunicação, visto que com a reforma administrativa  
459 Cléber e Fernanda passaram a representar a Casa Civil, ficando a vacância referente a  
460 Secretaria Executiva de Comunicação. Juliana faz um agradecimento a parceria feita com as  
461 Associações dos Municípios, quando em seis de julho (06/07) foi encaminhado o pedido de  
462 mobilização para que aqueles municípios que não haviam feito a atualização cadastral dos  
463 CMDCA's junto ao CEDCA, e tivemos uma resposta muito positiva. Juliana traz também que  
464 foi compartilhado relatório global da pesquisa feita pela professora Andrea Fuchs do  
465 Departamento de Serviço Social de medida socioeducativa em meio aberto na Grande  
466 Florianópolis. Juliana informou que o material foi encaminhado para os Conselheiros  
467 Estaduais, para o setor responsável pelo SINASE na SDS e Diretoria de Assistência Social.  
468 Juliana continua falando sobre o encaminhamento da orientação nº 11 da Diretoria dos  
469 Direitos Humanos referente a alteração da lei nº 13.979 para os conselheiros estaduais e  
470 CMDCA's. Para finalizar Juliana comunica também a participação do CEDCA no Fórum  
471 Nacional de Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual no Contexto  
472 da Pornografia na Internet, através de representação da Tamiris. Após leitura dos  
473 comentários no Chat e agradecimentos por parte da Coordenadora Adjunta Maristela  
474 encerra-se a plenária.